

NONA

Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XVI | Número 188

Magistrados terão acesso a dados da Junta Comercial do Paraná



Inara Passos

O presidente da Junta Comercial, Ardisson Naim Akel, e o presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas, assinam convênio



Dalazen assume a Presidência do TST

Pela segunda vez na história, um magistrado que fez carreira no Paraná dirige o Tribunal Superior do Trabalho. O ministro João Oreste Dalazen foi empossado no dia 2 de março.

▶ PÁGINA 14

- ▶ SPC pode ajudar execução [p.4](#)
- ▶ PR revê gestão documental [p.6](#)
- ▶ Amatra faz doação de livros [p.7](#)
- ▶ GAX foca a conciliação [p.12](#)
- ▶ Procuram-se voluntários [p.16](#)

Campanha em Vara de São José incentiva a conciliação

Quem frequentar a sala 2 da 1ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais, a partir deste ano, vai encontrar um visual diferente. São placas espalhadas pela sala que compõem uma campanha incentivando a conciliação. “Em São José dos Pinhais não temos muitos acordos, principalmente por causa do alto número de perícias. Mas esperamos que a campanha ajude a incentivar as pessoas para o diálogo, e com isso, favoreça a conciliação”, diz o secretário de audiências Alcione Borges dos Santos, autor das artes.

O servidor explica que, juntamente com a juíza Karina Amariz Pires, aproveitou as férias de fim de ano para desenvolver o projeto. Embora não seja formado na área, Alcione dos Santos cursou Publicidade e Propaganda por três períodos, mas não pode concluir o curso. Está na Justiça do Trabalho há oito anos e disse estar satisfeito com o trabalho que desenvolve como secretário de audiências. “Gosto de criar e aproveitei a habilidade para ajudar. Acredito que esse material pode incentivar as pessoas a repensar a conciliação”, completa o servidor.

Para a juíza da 1ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais, Karina Pires, “toda iniciativa é importante com vistas à conciliação e a torcida é que uma campanha como esta também surta efeito nos processos”.



Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargador Ney José de Freitas

Vice-Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Corregedor Regional:

Desembargador Amor Lima Neto

Diretor-Geral:

Eduardo Silveira Rocha

Secretária-Geral da Presidência:

Rosana de Lurdes Mendes

Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Gladimir Nascimento

Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

Redação:

Flaviane Galafassi, Gladimir Nascimento, Nelson Copruchinski, Luiz Munhoz, Rossana Tuoto e Maria Celeste Corrêa

Fotografia:

Inara Passos, Luiz Munhoz, Thyryza Wolk e arquivo do TRT-PR

Revisão:

Danielle Mengarda, Flaviane Galafassi, Maria Celeste Corrêa e Rose Montes

Projeto gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

500 exemplares
Disponível no site do TRT
www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Via Laser

Sugestões e opiniões para o NONA:
Assessoria de Comunicação Social do TRT
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528 - 5º andar
CEP 80.430-180 - Curitiba-PR
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171
ascom@trt9.jus.br

Missão do TRT-PR

“Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”.

Visão do TRT-PR

“Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”

EXECUÇÃO - I

Justiça do Trabalho terá acesso on-line a dados de empresas na Junta Comercial

Magistrados da Justiça do Trabalho do Paraná terão acesso ao Sistema de Cadastro e de Imagens do banco de dados da Junta Comercial do Paraná (Jucepar). O convênio de cooperação técnica entre o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) e a Junta foi assinado no dia 22 de fevereiro, na presidência do TRT, em Curitiba. Com o convênio, informações importantes para o andamento de processos trabalhistas, como o quadro societário das sociedades comerciais (nome dos sócios, endereços e respectivos CPFs) poderão ser consultadas diretamente pela Justiça. Atualmente, existem no Paraná 1,7 milhão de empresas ativas, segundo dados da Jucepar.

“Hoje, o grande problema da Justiça do Trabalho é o processo de execução, quando já se tem uma sentença e procuram-se bens para pagamento do direito adquirido. O que ocorre é que, muitas vezes, não se conseguem esses valores e a declaração do direito se esgota nessa sentença. O convênio com a Junta Comercial é de extrema importância, pois vai auxiliar o Judiciário a agilizar os processos na fase de execução e fazer valer o direito adquirido na Justiça”, ponderou o presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas.

De acordo com o presidente da Junta Comercial do Paraná, Ardisson Naim Akel, o convênio disponibilizará com rapidez o acervo da Jucepar à Justiça do Trabalho do Paraná. “Temos uma história de mais de 100 anos de documentos arquivados. Cerca de 60% desses documentos estão disponíveis no banco de dados para acesso do Tribunal e seus juízes. É mais uma parceria para desburocratizar o trâmite das informações, em prol dos paranaenses”, enfatizou Akel.

O presidente do TRT-PR explica que informações sobre o quadro societário de uma empresa são importantes, pois na ausência de bens da empresa é muito comum um credor pleitear o direcionamento da execução em face dos sócios. “Desta forma, confirmado o quadro societário, por meio das informações obtidas na Jucepar, o juiz poderá decidir sobre o pedido de inclusão dos sócios na execução”.

Tramitam na Justiça do Trabalho do Paraná cerca de 160 mil processos na fase de execução. Outros convênios, como o Bacenjud, realizado com o Banco Central, e Renajud, com o Detran, para penhora de veículos, têm auxiliado o Judiciário na busca de bens para pagamento dos processos trabalhistas. (FG)



Cerimônia de assinatura do Convênio de Cooperação Técnica entre o TRT-PR e a Junta Comercial, em Curitiba



O secretário geral, Sebastião Motta, o presidente da Junta, Ardisson Naim Akel, e o desembargador Ney José de Freitas



Os juízes Valéria Franco da Rocha e Fernando Hoffman e servidores prestigiaram a cerimônia de assinatura do convênio



60% dos documentos sobre as empresas estão disponíveis no banco de dados da Junta Comercial do Paraná

EXECUÇÃO - II

TRT-PR quer incluir dívida trabalhista em sistemas de proteção ao crédito

Assim como acontece com os títulos comerciais, a exemplo de duplicatas, boletos e notas promissórias, que se vencidos e não pagos dificultam o funcionamento de uma empresa, a Justiça do Trabalho estuda a inclusão de sentenças judiciais, ou das decisões que confirmam títulos extrajudiciais exigíveis no processo do trabalho, no registro de cartórios de protesto, Serasa/SPC e outros cadastros. O objetivo é incentivar o pagamento dos processos em fase de execução, quando já se tem a sentença e procuram-se bens para satisfação do crédito adquirido na Justiça. Em todo o Brasil, tramitam 2,3 milhões de processos na fase de execução, segundo levantamento da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

A medida é uma das sugestões da comissão criada no ano passado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho para traçar um perfil da execução trabalhista no País. O juiz da 9ª Região José Aparecido dos Santos foi um dos três magistrados que, por indicação da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, colaboraram com a comissão.

O trabalho foi apresentado no dia 16 de fevereiro, na reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs (Coleprec), em Brasília. Na ocasião, o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Carlos Alberto Reis de Paula, anunciou a criação de uma Comissão Nacional de Execução Trabalhista, a ser formada por 5 magistrados de 1º grau oriundos de cada região geoeconômica do Brasil e indicados pelo Coleprec. Os Tribunais Regionais também deverão indicar, no prazo de 30 dias, um magistrado para atuar como interlocutor da comissão nacional, que se valerá dos estudos realizados para dar início aos trabalhos. “A comissão vai auxiliar na implementação das

medidas destinadas a imprimir maior efetividade à execução trabalhista”, explicou o ministro.

“De nada adianta para um cidadão que procurou a Justiça, se tem a sentença favorável mas não tem o recebimento do que lhe é de direito”, completou o coordenador do Coleprec, desembargador Ney José de Freitas, presidente do TRT-PR.

O ministro Carlos Alberto Reis de Paula anunciou também a instituição de um banco de boas práticas da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no site do TST, para consulta pública. O banco será composto de atos judiciais, instrumentos, mecanismos e outras medidas destinadas a imprimir efetividade à execução trabalhista. Todos os magistrados e servidores da Justiça do Trabalho poderão encaminhar, por meio eletrônico, as boas práticas de sua região. Anualmente, serão eleitas e publicadas as melhores práticas.

Além da inclusão da dívida trabalhista em sistemas de proteção ao crédito, foram apresentadas pelo grupo outras sugestões que poderão ajudar no cumprimento da execução. Entre elas, o convênio com o INSS para vedar a emissão de certidão negativa de débito previdenciário, na pendência de execução trabalhista com reflexos para a Previdência; fomentar a obrigatoriedade da certidão negativa de créditos trabalhistas para transferência de imóveis e instituir o Banco Nacional de Devedores da Justiça do Trabalho, a partir da criação de bancos regionais. Nesse caso, a ideia consiste na recomendação aos tribunais regionais para a criação de bancos de informações sobre os devedores. Na medida em que cada um deles for implementado, será aberto espaço para a unificação em um banco de dados nacional.

Flaviane Galafassi



Do coordenador, Ney José de Freitas, e o presidente do TST, ministro Milton de Moura França, durante abertura do Coleprec



Corregedor Carlos Alberto Reis de Paula anuncia programa para agilizar execução em todo o País

TRT-PR celebra abertura do Ano Judiciário

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná realizou, em 11 de fevereiro, a solenidade de abertura oficial do Ano Judiciário. O evento contou com a participação da procuradora-chefe substituta do Ministério Público do Trabalho do Paraná, Viviane Dockhorn Weffort, do advogado Aramis de Souza Silveira, representando a OAB-PR, de magistrados e servidores, e foi seguido da primeira sessão do Tribunal Pleno, composta por todos os desembargadores do Regional. Durante a solenidade, os participantes puderam assistir à apresentação de piano do servidor Alexandre Vogelsanger Hungria de Camargo.

“Este Plenário é resultado, é produto, é lugar no qual trabalhadores, empresários, enfim, a cidadania do Paraná deposita a sua esperança de Paz Social”, lembrou o presidente do TRT-PR, desembargador Ney José de Freitas, durante seu discurso que deu início à cerimônia, no Plenário Pedro Ribeiro Tavares. “Meu desejo é de que ao longo de 2011 todos nós, e cada um, firmes nos princípios que inspiram a vida pública em geral e a magistratura em particular, possamos cada vez mais superar as dificuldades que nos são próprias, para dar resposta às urgências do povo jurisdicionado”, completou.



Solenidade de abertura do Ano Judiciário, no plenário do TRT-PR, em Curitiba



Magistrados, servidores e advogados acompanharam a solenidade, no plenário Pedro Ribeiro Tavares



Apresentação de piano do servidor do TRT-PR Alexandre Vogelsanger Hungria de Camargo

Justiça do Trabalho busca solução para 853 mil processos que abarrotam seus arquivos

Cerca de 853 mil processos judiciais em papel arquivados provisória ou definitivamente e 432 mil em tramitação estão acumulados nos arquivos da Justiça do Trabalho do Paraná. Apesar de já usar o processo judicial inteiramente eletrônico, sistema que deverá ser estendido para todo o Estado até meados deste ano, o Tribunal Regional do Trabalho ainda guarda, somente em Curitiba, 289 mil processos concluídos, que estão catalogados e armazenados no Serviço de Arquivo e Gestão Documental de Arquivos Findos, instalado no bairro do Cajuru. Os demais processos em papel já encerrados, que somam 564 mil, estão nas respectivas varas do trabalho do interior e nos arquivos setoriais de Londrina e Maringá (está em estudo a instalação de um arquivo setorial também em Cascavel).

Com prazo mínimo para a guarda estabelecido em cinco anos e normas rígidas estabelecidas para os casos de eliminação, os gastos com a manutenção desses processos são elevados. O custo médio de arquivamento é de R\$ 38,88, considerando o custo mensal unitário de R\$ 0,54 e o prazo médio de 72 meses em que os processos ficam guardados, conforme levantamento efetuado pela Direção Geral do Tribunal.

Os documentos gerados na atividade administrativa do Tribunal também ocupam os arquivos, mas já estão sendo substituídos pelo formato eletrônico, com a utilização plena do sistema CTA (Controle de Tramitação Administrativa).

Segundo o juiz Cássio Colombo Filho, presidente da Comissão de Gestão Documental do TRT do Paraná, "os arquivos não devem ser vistos hoje como meros depósitos de documentos, mas como parte importante da política de gestão documental, devendo fazer parte do planejamento estratégico do Tribunal".

Composta, ainda, pelos juízes Valdecir Edison Fossati e Patrícia de Matos, a Comissão de Gestão Documental está

encarregada de estabelecer critérios para a administração e destinação dos documentos, auxiliada por representantes de outras unidades. Atualmente, promove a atualização da Tabela de Temporalidade - que determina o tempo em que os documentos administrativos devem permanecer arquivados - e busca encontrar formas para diminuir o volume de papel armazenado.

Uma solução proposta é a digitalização dos processos e documentos, em vez da microfilmagem, que ainda é utilizada em outros órgãos. Segundo o juiz Cássio Colombo Filho, "a tecnologia da microfilmagem está obsoleta e a digitalização no sistema PDF, por exemplo, é segura e veio para substituí-la".

Estimativa da Secretaria de Desenvolvimento de Soluções em Tecnologia da Informação calcula que são necessários cerca de 40 terabytes para digitalizar todos os processos em andamento e arquivados (um terabyte corresponde a 1.024 GB ou mais de 1 trilhão de bytes), o que obrigaria a expansão da base de dados atualmente existente no Tribunal, além da ampliação já prevista com a introdução do processo eletrônico.

Outra sugestão da Comissão é a eliminação de todos os autos findos há mais de cinco anos que foram extintos sem julgamento do mérito. Depois de digitalizados, deverão ser destruídos mecanicamente ou doados para entidade credenciada, para a reciclagem do papel. Esse trabalho ainda servirá como treinamento para eliminação de processos extintos com o julgamento do mérito e se apresenta como solução imediata para o problema de espaço físico enfrentado pela área de arquivo no Cajuru, que está para completar sua capacidade de armazenamento.

A Comissão mantém cuidado especial com a preservação de processos e documentos que tenham valor histórico, preocupação constante do Tribunal para que não se perca a memória da Justiça do Trabalho do Paraná. Nesse



Inara Passos

853 mil processos judiciais estão arquivados provisória ou definitivamente na Justiça do Trabalho, em todo o Estado

caso, o caminho é o arquivamento no Centro de Memória, recentemente criado e que contém documentos sobre a história do Poder Judiciário, da magistratura trabalhista e das relações de trabalho durante os séculos XX e XXI.

Outro destino para os autos findos são as universidades que os utilizam em estudos na área do Direito do Trabalho. Um levantamento efetuado pelo Centro de Memória no interior do Estado informa que a Universidade Estadual de Maringá (UEM) está entre as instituições paranaenses que mais receberam lotes de processos trabalhistas concluídos, totalizando 143 mil autos. Além da UEM, a Universidade Estadual de Londrina (UEL), o Centro de Ensino Superior de Apucarana (Cesup), a Faculdade do Norte Novo de Apucarana (Facnopar), a Universidade Norte do Paraná (Unopar), a Universidade Estadual do Oeste (Unioeste) e a Universidade Paranaense (Unipar) também receberam processos encerrados.

Para não deixar de lado os aspectos ambientais, a Comissão de Gestão Documental trabalha em conjunto com a Comissão de Responsabilidade Social, que é comunicada quando da eliminação de autos, para que oriente a separação dos resíduos recicláveis e cuide de sua destinação na forma prevista na lei.

► TABELA DE TEMPORALIDADE

A Comissão de Gestão Documental está promovendo a revisão da atual tabela de temporalidade dos documentos gerados nas unidades

administrativas do TRT-PR. Como sugestão, encaminhou a esses órgãos uma nova tabela, baseada em documentos do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e de outros órgãos judiciários.

As unidades devem revisar os dados anotados, tais como assunto, atividade, prazos de guarda e destinação final. Contatos, sugestões e envio de novas ideias empreendedoras relativas à gestão documental, tanto por parte de servidores como de magistrados, podem ser feitos pelo endereço eletrônico [gستاodocumental@trt9.jus.br](mailto:gestaodocumental@trt9.jus.br).

Nelson Copruchinski



Inara Passos

Arquivo Geral do Tribunal Regional do Trabalho, em Curitiba

Biblioteca do TRT-PR recebe doação

Uma doação de 39 livros da área jurídica, realizada pela Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Amatra-IX) está disponível na biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-PR). São títulos como "A Ação Civil Pública após 25 anos", de Édis Milare; "Direito Constitucional", de Friedrich Muller; "Empresa e Trabalho - Estudos em homenagem a Amador Paes de Almeida", de Sérgio Pinto Martins e Ana Flávia Messa; "Conceito e Validade do Direito", de Robert Alexy; "Rumo à Justiça", de Fábio Konder Comparato, e "A Razão Jurídica", de Lloyd L. Weinreb, entre outros.

"A doação é resultado de um convênio entre a Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra) e o TRT, que autoriza os alunos da Ematra a utilizarem a biblioteca do Tribunal e fazer o empréstimo domiciliar. Em contrapartida, a Ematra contribui com o acervo realizando doações anuais", explicou o juiz Paulo Henrique Kretschmar e Conti, diretor da Ematra.

A Biblioteca do TRT-PR conta atualmente com mais de 10 mil livros e mais de 30 mil re-

vistas. Consultas ao acervo podem ser realizadas de segunda a sexta-feira, das 12 às 18 horas. A Biblioteca fica na Rua Vicente Machado, 147, em Curitiba



Inara Passos

Juiz Paulo Conti entrega livros para a biblioteca do TRT do Paraná

70% dos advogados consideram fáceis os procedimentos do processo eletrônico

Setenta por cento dos advogados que atuam na Justiça do Trabalho do Paraná aprenderam com facilidade os procedimentos do processo eletrônico, implantados em agosto de 2009 e ampliados para todas as Varas do Trabalho de Curitiba em janeiro desse ano. Esse é um dos dados da enquete realizada com os usuários do Escritório Digital, ferramenta de acesso ao processo pela Internet. A pesquisa mostra o otimismo dos profissionais com o processo eletrônico e indica a aprovação da estrutura oferecida no Fórum e do atendimento dos servidores. Para 78% dos usuários, o número de deslocamentos até o Fórum já diminuiu, e 63% afirmam que o trabalho ficou mais fácil (para 7%, não houve mudança).

A força-tarefa preparada pelo Tribunal Regional do Trabalho para atender os advogados também foi aprovada: 36% consideraram o atendimento excelente e 45% consideraram-no bom; 14% avaliaram como regular e somente 6% acham que o atendimento é insatisfatório. Quanto à estrutura oferecida, que inclui computadores, scanners e outros equipamentos, é excelente, segundo 20% dos usuários, e boa na opinião de 57%. Para 16% a estrutura é regular e 7% não ficaram satisfeitos.

Oitenta por cento dos usuários afirmam que estão peticionando regularmente e 70% relatam que tiveram facilidade para aprender os novos procedimentos. Outros 29% aprenderam com dificuldade e somente 1% não aprendeu ainda.

70%

dos advogados diminuíram o número de idas ao fórum

77%

consideram excelente ou boa a estrutura oferecida no fórum

78%

afirmam que aprenderam os procedimentos com facilidade (somente 1% ainda não conseguiu aprender)

81%

consideram o atendimento dos servidores excelente ou bom

63%

afirmam que o trabalho ficou mais fácil (para 7%, não houve mudança)

83%

dos advogados afirmam que obtiveram a orientação necessária

70%

apostam que a celeridade processual vai aumentar

80%

estão peticionando regularmente no processo eletrônico

Advogados e servidores das Varas opinam sobre a ampliação do processo eletrônico

Com o processo eletrônico implantado em todas as Varas do Trabalho de Curitiba, desde janeiro, os principais usuários - os advogados, e seus interlocutores cotidianos, os servidores do Fórum de Curitiba - relatam as experiências, as dificuldades e as vantagens que têm testemunhado. A maioria dos depoimentos ressalta as oportunidades de aprendizado oferecidas pelo novo sistema, que, no caso dos servidores, resultou em maior união e proximidade, pelo compartilhamento de informações. Para os advogados, o processo eletrônico exigiu algumas adaptações e proporcionou comodidade, economia de tempo e de recursos e várias facilidades para o acompanhamento dos processos.



ELI NUNES MARQUES
Advogado

NONA - Há quanto tempo o senhor advoga?

Há dez anos.

NONA - Como o senhor está se adaptando a essa nova forma de peticionar, com o processo eletrônico?

A dificuldade é que eu atuo em três tipos de processo eletrônico: do Trabalho, da Justiça Estadual e da Justiça Federal, e cada uma adotou um sistema totalmente particular. Aqui, eu achei que ele está pouco explicativo, poderia ser mais autoexplicativo. Mas, do ponto de vista do andamento do processo, da melhoria da condição do trabalho, não tenho nenhuma dúvida. É claro que toda mudança traz um pouco de temor, um pouco dessa resistência natural, a necessidade de sair do comodismo, mas, para o advogado, eu creio que vai ser uma coisa muito boa, seja aqui na Justiça do Trabalho, seja na Justiça Estadual ou na Justiça Federal. O ideal seria que todos os sistemas fossem unificados, que houvesse comunicação, que a gente pudesse comunicar autos, consultar.

Evidentemente, o processo eletrônico vai ser muito bom do ponto de vista ambiental, vai diminuir muito papel, e a gente luta pelas questões ambientais e pela facilidade de acesso ao conteúdo, seja em casa, seja no escritório.

O princípio do processo eletrônico é tudo de bom; a disposição de você saber, de não precisar ir ao fórum para olhar uma página, olhar um despacho, como a gente faz ainda com o papel. Quanto à modernidade, à facilidade de trabalhar, o novo modo é muito melhor e eu creio que vai dar uma confiança maior, porque foi peticionado, não foi peticionado, chegou, não chegou, tem hora, tem data. Fica muito mais difícil a possibilidade de haver uma falsidade documental. Então eu sou fã do processo eletrônico, muito embora a gente trabalhe com uma certa dificuldade, porque quem já passou dos cinquenta (risos)... Eu sou do tempo da máquina de escrever... Então é isso que a gen-

te sente, é uma questão de adaptação, mas do ponto de vista da facilidade do trabalho, da melhoria da prestação jurisdicional, eu não tenho dúvida: haverá uma melhoria, sim. Haverá um menor trânsito dentro do fórum, ou seja, as pessoas virão para o fórum só para falar coisas necessárias, não vamos ficar em filas desnecessárias. O próprio servidor e o juiz estarão mais dispostos, menos saturados. Nós, advogados, estamos sempre querendo uma explicação de tudo, é o nosso trabalho, mas com isso a gente impõe ao servidor e ao juiz uma carga de respostas e perguntas totalmente desnecessárias, pela ansia, pela vontade que a gente tem. Agora, tudo isso você pode ver do escritório, você vai entender cada situação e quando você vier ao fórum para uma audiência, para uma conversa, ela será mais produtiva.



TERESA JUCKI GUERREIRA
Servidora da Distribuição de 1º grau

NONA - O que você sentiu que mudou na rotina de trabalho da distribuição de primeiro grau com a implantação do processo eletrônico?

A rotina do trabalho da distribuição vem diminuindo, porque os advogados aprendem a fazer seu trabalho pelo escritório digital e não vêm aqui, não se formam filas, não fica aquele acúmulo aqui na Distribuição e cada dia está sendo melhor. Fazendo tudo pelo escritório digital, o que agiliza bastante, tudo se torna mais prático. Tem algumas adaptações a serem feitas, com sugestões de quem faz a distribuição, de quem protocola, e eu acho que, com o passar do tempo, vai ficar bem prático para os advogados e para nós também. Vamos receber o cadastro pronto, conferir os dados e distribuir. Não será preciso fazer todo aquele cadastro que era feito, com assunto, cadastramento de partes etc. A seguir, o procedimento já é repassado para a vara do trabalho, não tem papel, não tem capa. E o peticionamento eletrônico pode ser feito do escritório e já entra direto no processo.



SIMONE FERRARI GAYA
Servidora da Distribuição
de 1º grau

NONA - Quais são as principais dificuldades dos advogados com relação ao processo eletrônico?

Na verdade, estamos ensinando desde escanear, pois eles têm dificuldades das mais diversas. Também ensinamos a assinar eletronicamente, porque eles não sabiam, depois ensinamos a anexar, então não há uma dificuldade específica. Existe todo um processo, um procedimento, e estamos explicando tudo devagarzinho para eles pegarem a prática. Os advogados estão recebendo o processo eletrônico muito bem. Gostariam que fosse mais fácil, mas acho que isso com o tempo vai melhorando.

NONA - O que você acha que vai mudar na rotina do serviço da distribuição?

Agora, no início, estamos trabalhando junto com os advogados, porém mais tarde toda a parte de verificação ainda ficará com a Distribuição. Ela está mudando neste sentido. As tarefas diminuem um pouco, mas há toda uma verificação que temos de fazer.



LEONARDO CASAGRANDE
Advogado

NONA - O que o senhor está achando de trabalhar com o processo eletrônico?

O processo eletrônico está facilitando, embora ainda existam algumas questões que não estão bem esclarecidas. No meu caso específico, estou encontrando dificuldade para fazer a assinatura do certificado digital com o programa que é oferecido gratuitamente para isso. Essa é a única dificuldade por enquanto. Por exemplo: agora estou consultando documentos de um processo no qual vou ter uma audiência daqui a trinta minutos. O processo eletrônico está facilitando, porque eu não precisarei entrar na sala de audiências para ter acesso aos autos, atrapalhar algum eventual trabalho que estiver sendo realizado lá. Nesse sentido é válido e a gente acha que a tendência é essa mesmo. Acho que vai tornar mais dinâmico o trabalho, vai evitar a necessidade de comparecer diariamente aqui para verificar documentação, verificar os autos. O custo do processo, para o escritório, talvez fique menor também, porque haverá uma economia de papel, de tinta. Então a tendência é que tudo melhore e que o atendimento seja melhor.



LEANA FERREIRA XAVIER
Servidora da 2ª VT de Curitiba

NONA - No seu trabalho, o que mudou com o processo eletrônico?

A princípio, o que mais tive dificuldade foi me desvincular do processo "físico". Depois que eu digitalizava o processo, me esforçava para manter o acesso a ele digitalmente. Estou bem otimista, estou achando bom o trabalho. A questão do tempo do trabalho já está igual, já consigo produzir bem, está rendendo bastante. Cada dia tem uma coisa nova para aprender. A minha rotina mudou, ela se limita ao computador, não levanto mais para buscar autos. A gente tem ainda alguns vícios, quer anotar, há controles em que a gente ainda não confia muito. Acredito que o trabalho de atendimento ao balcão vá diminuir bastante. Dia desses, uma pessoa veio aqui com o extrato para pegar o processo, e a gente acabou procurando, até lembrar que o processo é digital. O que mudou também foi o relacionamento, estão todos solidários, tentando ajudar uns aos outros, o relacionamento ficou mais sólido.



PEDRO PAULO FERNANDES
Advogado

NONA - O Senhor advoga desde 1975, há aproximadamente 35 anos, portanto viu várias mudanças: passou da máquina de escrever ao processo eletrônico...

É, eu resisti até a última instância ao computador, mas hoje felizmente estou aprendendo e já estou começando a me informatizar também.

NONA - O senhor já começou a trabalhar com o processo eletrônico?

No escritório, hoje, estamos equipados. Quem faz o processo da forma eletrônica é meu filho, que é mais jovem e está mais atualizado.

NONA - Quais mudanças mais significativas o senhor acredita que acontecerão na forma de atuar?

O processo eletrônico vai nos dar uma facilidade, eu acredito. E talvez seja esse o objetivo, essa facilidade para que nós possamos ter mais liberdade e mais tempo para atender clientes no escritório, pois a informática permite fazer as petições, os processamentos dentro do próprio escritório. Eu gostaria de parabenizar a Presidência, todos os funcionários e a Administração do TRT por esse procedimento de evolução técnica que nos proporciona essa facilidade para atuar.



TANIA R. HOFFMANN DA SILVA
Diretora da 21ª VT de Curitiba

NONA - Como está a adaptação ao processo eletrônico?

O principal: você tem de mudar o seu conceito, a maneira de trabalhar. O sistema é simples de aprender, mas o difícil é você desvincular a sua mente do processo físico e enxergar que você tem na tela um processo virtual. Isso é o mais difícil, não é o trabalho em si, é mudar o seu jeito de trabalhar. É uma questão de tempo, não tem como não se adaptar. O sistema é fácil, é bom de trabalhar, é gostoso trabalhar com processo eletrônico, mas é difícil se desvincular do físico. Não vou mentir, é complicado. Entender que aquele processo você vai abrir mas não vai folhear, é muito mais difícil do que qualquer pessoa imagina. Por exemplo, conversei com um servidor agora que me falou assim: Mas onde está o processo? Eu falei está na sua tela... Ele respondeu: mas, como assim? Onde? Preciso ver, preciso pegar o processo.

É complicado, é uma questão de tempo mesmo. As pessoas vão sofrer um pouquinho, inevitavelmente, mas vão se adaptar e a gente vai superar essa fase.

NONA - O que melhora na forma de trabalhar?

Melhora muito, porque o processo eletrônico é muito mais rápido, muito mesmo. É excelente para o processo e para as partes, gera cumprimento muito mais rápido. Um exemplo: o advogado entrou com uma petição hoje e eu já posso analisá-la, encaminhar o despacho e a juíza já pode assinar esse despacho e o advogado já pode vê-lo, pela Internet, e já pode entrar com uma outra petição no fim do dia. Em uma vara em papel, isto demora um certo tempo: vai para o juiz, ele assina, volta, tem que movimentar no SUAP. Vai levar alguns dias. O que faço em um dia levaria uns quatro dias e a secretaria, assim, trabalha mais, porque gera outro cumprimento. Então o nosso serviço é muito corrido na vara digital. É uma ilusão achar que o serviço acabou. O serviço continua existindo, você vai continuar intimando, continua fazendo mandado. O que muda é a maneira de trabalhar: você ganha muito tempo em diversas tarefas que você economiza, não precisa por na prateleira, movimentar. Mas, em contrapartida, a secretaria trabalha muito mais rápido. A sua tela está sempre cheia, você não consegue zerar, porque o processo gira rápido. E o que é bom: o nosso balcão é muito tranquilo, é uma coisa que as varas vão sentir. A secretaria fica com um ambiente mais limpo, "clean", que é ótimo para o trabalho. Porém, a principal vantagem do processo eletrônico, eu acho, é a rapidez, o processo anda muito mais rápido. Ele acaba gerando mais serviço para nós, mas, por outro lado, acaba chegando a uma solução muito antes do que você imaginava.



KATYUCIA SECCHI
Advogada catarinense

NONA - Como ficou seu trabalho, com o processo eletrônico?

Na minha opinião, o processo eletrônico é bem vantajoso para as partes, para os juízes, para os servidores, para todos. Só que o sistema aplicado aqui no Paraná está meio complexo. Na minha opinião, deveria ser adotado um sistema único entre todos os tribunais da Justiça Federal, para que funcionassem todos da mesma forma, principalmente em relação à anexação de documentos, à digitalização.

NONA - Após a superação dessas dificuldades iniciais, o que a senhora acha que vai mudar com o processo eletrônico?

Vai melhorar bastante. A perda de autos, principalmente, que muitas vezes ficavam sumidos, e também não se veem casos de retirada de documentos sem a autorização da parte. Eu sugiro que os tribunais adotem um sistema unificado, porque isso facilitaria. Claro que nós, agora, estamos nessa fase de transição. Então, temos dificuldades, mas quem vier daqui para a frente talvez não as tenha.



TOBIAS DE MACEDO
Advogado

NONA - Na sua opinião, quais são os benefícios proporcionados pelo processo eletrônico?

Entre os diversos benefícios apresentados pelo processo eletrônico está a agilidade. A partir do momento que nos permite acessar os autos de imediato, diretamente do nosso escritório, acabam, por exemplo, os deslocamentos até o Fórum e a necessidade de fazer fotocópias.

Recentemente, recebemos uma petição inicial eletrônica em nosso escritório e, em poucos minutos, conseguimos acessar todos os documentos dos autos. Isso significa que mais de 440 páginas estavam salvas em nosso computador com todo conforto e segurança. Assim, conseguimos avaliar a ação de maneira muito rápida, o que demonstra o quanto o processo eletrônico é importante para nós advogados. Além disso, nas secretarias das varas, o manuseio dos processos irá diminuir muito, reduzindo o trabalho dos servidores.

Por fim, os jurisdicionados também serão grandemente beneficiados com essa agilidade, pois todo o processo acaba sendo solucionado de forma mais rápida. E este é o maior objetivo de quem recorre à justiça: ter seus direitos reconhecidos e atendidos da forma mais rápida possível. Sendo assim, podemos concluir que o processo eletrônico é excelente para todos os envolvidos e veio para ficar.

Corregedoria prioriza sintonia entre o Grupo de Apoio à Execução e a conciliação



Inara Passos
Desembargador Arnor Lima Neto, Corregedor da Justiça do Trabalho do Paraná

Depois de focar intensamente o apoio à execução, ao longo de 2010, a Corregedoria Regional deverá, neste ano, harmonizar o trabalho do Grupo de Apoio à Execução (GAX) com o do Juízo Auxiliar de Conciliação (JAC). De acordo com o corregedor, desembargador Arnor Lima Neto, as duas prioridades para 2011 são a consolidação do GAX e a interligação de suas atividades com as de conciliação.

“Criamos o Grupo de Apoio à Execução antes mesmo que isso se tornasse meta específica do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2011. O que precisamos agora é dar-lhe uma dinâmica harmonizada com o que prescreve

o Conselho Nacional de Justiça e fazer com que responda plenamente à expectativa de que as execuções sejam mais efetivas”, diz o corregedor.

O GAX colabora com as unidades judiciárias do primeiro grau nos autos em fase de execução, atuando na realização de audiências para a tentativa de conciliação, resolução de incidentes processuais, realização de atos processuais que impulsionem a marcha executiva e utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis para a execução. Em 2010, o GAX atuou nas seguintes unidades: 1ª, 4ª, 12ª e 20ª Varas de Curitiba, iniciando também suas atividades na Vara de Colombo.

Ao fazer o balanço das atividades no primeiro ano de sua gestão na Corregedoria, o desembargador Arnor Lima Neto comentou que “o Paraná se encontra em situação razoavelmente boa. No cenário nacional, podemos destacá-lo como um Estado que tem as varas do trabalho organizadas, com instalações adequadas e juízes preenchendo todos os cargos. Algumas Varas ensejam uma certa atenção à melhoria dos prazos, às pautas de audiências e ao estoque de sentenças a serem prolatadas, mas é um número muito pequeno. Para mim, não foi surpresa, pois de alguma forma já tinha esse conhecimento. Mais de 80% das varas não têm necessidade de qualquer ajuste, e as demais precisam somente de pequenos avanços.” Para 2011, concluiu, “o objetivo é cumprir as recomendações feitas, além de buscar o zeramento das sentenças a prolatar, na pauta de julgamento das varas, de modo que sejam cumpridos os prazos legais.”



Inara Passos
Gislaine Ruiz Guilhen e Otávio Gomes de Sá Dourado (à direita, ao fundo), da Corregedoria, durante correção em Curitiba

Em 2010, foram realizadas correições em todas as unidades judiciárias da Justiça do Trabalho do Paraná: 86 Varas do Trabalho, 11 Direções de Fórum e Serviços de Distribuição de Feitos e 6 Postos de Atendimento, e foi realizada uma Correição Extraordinária. As principais recomendações às Unidades Judiciárias foram quanto à observância da celeridade e qualidade dos serviços prestados, redução dos prazos médios, utilização das ferramentas eletrônicas disponíveis e utilização do SUAP (Sistema Unificado de Administração de Processos), mediante lançamentos fiéis de todos os dados relativos à tramitação processual, para fins de transparência. O Corregedor deu ênfase, também, ao cumprimento das Metas Prioritárias para 2010, fixadas pelo 3º Encontro do Judiciário, assim como à diminuição dos prazos médios para realização de audiências e prolação de sentenças. Solicitou, ainda, os esforços necessários para a redução do número de sentenças a serem proferidas, com prazo vencido. Lembrou, por fim, quanto à observância aos pre-

ceitos do Provimento Geral da Corregedoria Regional e à Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

ATA - As informações das atas correicionais foram racionalizadas, o que tornou o documento mais objetivo, a partir de outubro de 2010. A ata correicional adquiriu novo perfil, sendo que as principais recomendações se encontram no corpo da ata e não mais em item específico. São extraídas informações do e-Gestão e do SUAP, abandonando as informações prévias fornecidas pelas Unidades quanto à pauta de audiências, quantidade de sentenças a serem proferidas e demais informações. Para o ano de 2011, reduziram-se consideravelmente as informações prévias solicitadas às Unidades Judiciárias, que serão limitadas ao quadro funcional no momento correicional, e informação acerca do cumprimento das determinações e recomendações. As atas correicionais aprovadas pelo Órgão Especial são publicadas no sítio virtual do TRT, aba Corregedoria – Correições Ordinárias – Atas.



Servidor Otávio de Sá Dourado, durante correição em Curitiba



Os servidores Deyse Freitag Manzke, Celso Ferreira e Ricardo Ferreira da Aragão avaliam processos na correição

Semana Nacional da Conciliação de 2011 será de 28 de novembro a 2 de dezembro

O Conselho Nacional de Justiça marcou para 28 de novembro o início da Semana Nacional da Conciliação 2011. O anúncio foi feito pela conselheira do CNJ, juíza Morgana Richa, durante reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs (Coleprecor), realizada nos dias 16 e 17 de fevereiro, em Brasília.

De acordo com a conselheira, em cinco anos de campanha pela conciliação, o Judiciário nacional conseguiu consolidar a prática do acordo. “Graças ao resultado da campanha, o Brasil fala da conciliação. Por isso optamos por estabelecer o movimento pela conciliação como permanente na agenda do Judiciário nacional”, relatou a juíza.

Ela explicou que o CNJ realizou uma pesquisa com os 27 Tribunais de Justiça, cinco Tribunais Regionais Federais e 24 Tribunais do Trabalho para saber se a Semana Nacional da Conciliação deveria ser mantida no final do ano. “Existia uma dúvida quanto à data, pois para alguns tribunais, como o do Trabalho, realizar acordo no final do ano, quando as empresas já têm gastos extras com 13º salário, por exemplo, é mais difícil. Porém, mais de 50% dos tribunais responderam, na pesquisa, que preferiam a permanência no mesmo período, pois a Semana da Conciliação já está consolidada como sendo próxima ao dia 8 de dezembro, dia da Justiça”, explicou a conselheira.

Ministro João Oreste Dalazen toma posse e enfatiza harmonia e união no Tribunal



A cerimônia de posse do novo presidente do TST, João Oreste Dalazen, lotou o plenário do Tribunal, em Brasília

Pela segunda vez na história, um magistrado que fez carreira no Paraná dirige o Tribunal Superior do Trabalho. O ministro João Oreste Dalazen, empossado na presidência do Tribunal no dia 2 de março, foi aprovado no concurso para juiz substituto no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná em 1980. Atuou nas Juntas de Conciliação e Justiça de Maringá e Guarapuava. Alçado por merecimento ao Tribunal, aqui permaneceu até 1996, quando passou a integrar o TST. Na Administração do Tribunal Superior do Trabalho, Dalazen terá como vice-presidente a ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi e o ministro Antônio José de Barros Levenhagen como corregedor-geral da Justiça do Trabalho.

O novo presidente, ministro João Oreste Dalazen, ressaltou em seu discurso de posse a importância de ter a seu lado os colegas juízes do Trabalho de primeira instância e desembargadores regionais do Trabalho, “sobre cujos ombros recai a assombrosa responsabilidade de ser a imagem e a personificação da Justiça do Trabalho na esmagadora maioria das causas trabalhistas”.

Dalazen lembrou que em 2011 a Justiça do Trabalho no Brasil completa 70 anos, momento oportuno para uma reflexão jurídico-trabalhista no País. Segundo ele, questões importantes necessitam de soluções urgentes, entre elas a execução trabalhista, que “continua regida por normas processuais precárias, insuficientes e defasadas”, e as demandas repetitivas que chegam ao TST, o que termina por gerar um quadro irracional que abarrotava o Tribunal, que, por sua vez, fica a “rejulgar a mesma tese jurídica milhares de vezes, em prejuízo da economia e da celeridade processuais”. A proposta do novo presidente é de se empenhar em uma luta por “vigorosas e múltiplas medidas no plano legislativo, a fim de alcançar uma reforma na legislação processual trabalhista, hoje nitidamente em descompasso com a exigência constitucional de duração razoável do processo”.

Além do vice-presidente da República, Michel Temer, representando a presidente Dilma Roussef, estiveram presentes à solenidade o presidente do Congresso Nacional, José Sarney, o ministro Marco Aurélio de Farias Mello, representando o presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ari Pargendler, o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Benjamin Zymler, o advogado-geral da União substituto, Fernando Luiz Albuquerque Faria, o senador Pedro Simon (RS) e a senadora Gleisi Hoffmann (PR), entre outras autoridades.

► **HOMENAGEM** - A origem gaúcha do novo presidente e a opção que ele fez pelo Paraná foram lembradas em uma emocionante sequência de fotografias projetadas nos telões do plenário do TST, ao longo da exibição do Hino Nacional, durante a cerimônia de posse. O vídeo pode ser assistido na videoteca do TRT: <http://videoteca.trt9.jus.br>. O próprio Dalazen escolheu a versão do Hino Nacional que deveria ser utilizada, e optou por uma especialmente solene. Seja-me permitido, nesse instante radioso da vida, disse ele, “reverenciar o Rio Grande do Sul, meu berço amado, e o pujante Estado do Paraná, que me projetou profissionalmente.” O ministro está completando 30 anos de carreira.

“Apresento-me aqui e agora oriundo dos pampas gaúchos e da terra dos pinheirais”, prosseguiu o novo presidente do TST, que recitou:

*“Eu sou do Sul,
é só olhar pra ver que eu sou do Sul.
A minha terra tem um céu azul, é só olhar e ver.”*

Durante o discurso, ao pregar o empenho para a extinção do trabalho infantil, o ministro Dalazen lembrou a infância em Curitiba, cidade em que acabaria conquistando a consagração profissional: “Vivi pessoalmente esse drama, como menino pobre. Perambulei pelas ruas de Curitiba, onde me dediquei a inúmeros ofícios para sobreviver. Homem afortunado, logrei romper esses grilhões com estudo e determinação, mas não posso esquecer essa realidade.”

Além da erradicação do trabalho infantil, o presidente do TST pregou o fim da contribuição sindical obrigatória. Na opinião dele, essa deve ser a primeira medida em qualquer reforma que se procure fazer para modernizar a legislação do trabalho. Dalazen defendeu normas claras e precisas que disciplinem a “terceirização legítima” e criticou as normas que oneram igualmente “empreendedores desiguais”, e com isso penalizam os microempresários. (GN - Participação de Cláudia Valente, Marta Crisóstomo e Ribamar Teixeira, da Assessoria de Comunicação do TST).



O presidente do Congresso Nacional, José Sarney, e o vice-presidente da República, Michel Temer, na cerimônia



O ministro João Oreste Dalazen, sua mulher, Judite, e o presidente do TRT do Paraná, Ney José de Freitas



Desembargador Célio Horst Waldraff, juiz Fernando Hoffmann e o corregedor da Justiça do Trabalho do Paraná, Arnor Lima Neto



O novo presidente e sua mulher com o corregedor da Justiça do Trabalho do Paraná, Arnor Lima Neto



Desembargador Ney José de Freitas, presidente do TRT-PR, com a nova vice-presidente, ministra Maria Cristina Peduzzi



O presidente João Oreste Dalazen e a mulher, Judite, com o desembargador Altino Pedrozo dos Santos



As desembargadoras do TRT-PR Rosalie Michaela Batista, Rosemarie Diedrichs Pimpão e Ana Carolina Zaina com o conselheiro do CNJ Nelson Tomaz Braga



Parte do grupo de paranaenses que compareceu à cerimônia

Começa por Londrina o treinamento das brigadas de incêndio no TRT do Paraná

O Fórum de Londrina foi o primeiro a ter o treinamento de sua brigada de incêndio, grupo que deverá ser instalado em todas as unidades da Justiça do Trabalho do Paraná, em atendimento à Norma Brasileira NBR 14276 e à NR 23, baseadas em graus de risco, número de pavimentos e população fixa ou flutuante. As brigadas são equipes voluntárias, especializadas em combate a incêndios, primeiros socorros, atendimento a situações emergenciais e abandono de área.

Depois de Londrina, a ampliação dos grupos de voluntários e o treinamento devem se concentrar em Curitiba. "Vamos partir do mais complexo para o mais simples. Começamos em Londrina, vamos fazer a Capital, os fóruns maiores e as instalações menores. Nas varas únicas, ficará para o próximo ano", conta o diretor do Serviço de Segurança e Transporte, Jocemar Pereira da Silva. A formação da Brigada no edifício-sede do Tribunal está agendada para o mês de julho. Em agosto haverá treinamento no Fórum e no seu anexo administrativo, e em setembro deverão ser realizadas as atividades previstas para o prédio da Avenida Vicente Machado, 147, assim como para o Arquivo Provisório, no bairro Cajuru, em Curitiba. Também em setembro será retomada a formação das Brigadas no interior do Estado.

▶▶ PROCURAM-SE VOLUNTÁRIOS

Toda a atividade das Brigadas é baseada em voluntariado. O serviço de segurança está empenhado em identificar as pessoas interessadas nesse trabalho. Só em Curitiba serão necessários 140 brigadistas.

No dia a dia, o brigadista faz vistoria das instalações, para prevenção de incêndios, identificação de pontos de risco, desobstrução das rotas de fuga e verificação da manutenção de condições ideais de extintores e hidrantes, além de reuniões periódicas para discutir esses assuntos. Em caso contingencial, tem três tarefas: extinção do princípio de incêndio, organização do abandono de área e atendimento inicial a vítimas.

▶▶ PERFIL - "O que está em jogo é a integridade física das pessoas, a vida, e portanto o que se espera é que as pessoas que estão entrando nesse projeto sejam comprometidas com ele, voluntárias e motivadas", explica Jocemar. Esse é o perfil desejado para um brigadista. Para o servidor que participa, prossegue Jocemar, "todos os conhecimentos adquiridos no curso serão úteis ao longo da vida, em sua residência, em seu edifício, em qualquer lugar em que esteja, apto a proteger a própria vida, de sua família e de outras pessoas."



Atendimento a pessoas feridas e organização de fuga em caso de incêndio fazem parte do programa



O curso tem utilidade para qualquer situação da vida pessoal em que seja necessário socorrer e proporcionar segurança



Procuram-se brigadistas com o perfil de compromisso e motivação para o trabalho voluntário



Os brigadistas aprendem a avaliar e combater adequadamente os diferentes tipos de incêndio